

Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sem medo da CPMF (Artigo)..... 3

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Projeto sobre desoneração da folha deve ser votado hoje..... 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Senado aprova conta em dólar no país para pessoas físicas, e texto vai a sanção..... 6

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

BC avisa que vai perseverar - MIRIAM LEITÃO..... 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Bate-boca na promulgação..... 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Congresso promulga parte de PEC do Calote sob protestos de senadores..... 10

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Mudanças em empréstimo a servidores e aposentados..... 12

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Pandemia derruba número de aposentados no Brasil..... 14

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

Após quatro meses, INSS ainda tem fila de 1,8 milhão..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Selic vai a 9,25% e BC indica nova alta..... 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Desafios para 2022 em pauta..... 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Alta da Selic dispara mudança de regra para rendimento da poupança..... 19

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
ECONOMIA

Comprar casa e carro fica mais caro..... 20

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - BAHIA
ECONOMIA

Bruno Reis discute financiamento do transporte público..... 22

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
ECONOMIA

Piso de R\$ 400 já vale para parcela deste mês..... 23

Sem medo da CPMF (Artigo)

MARCOS CINTRA - Professor e vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas. Foi deputado federal (1999 - 2003) e secretário da Receita Federal (2019)

A prorrogação da desoneração parcial da folha até 2023 é medida que precisa ser analisada cuidadosamente, antes de ser aplaudida. A tributação sobre o trabalho assalariado é excessiva e profundamente concentradora de renda. Como diz o ministro Paulo Guedes, trata-se de uma máquina de destruição em massa de empregos. Onera o empregado e seu empregador em cerca de 44%, sendo dois terços para custear a **seguridade social**. Há hoje mais de 50 milhões de pessoas desempregadas, informais e desalentadas. E, enquanto isso, a cunha tributária e trabalhista faz com que um posto de trabalho custe ao empregador o dobro do que o funcionário percebe diretamente. Nada mais absurdo.

Nesse sentido, a desoneração restrita a apenas 17 setores carece de justificativa se o que se deseja é uma política econômica estimuladora do emprego. Não basta prorrogar benefícios apenas aos setores politicamente mais bem organizados. Mas o desafio vai muito além da questão do emprego, da concentração de renda e da falta de isonomia na política tributária para o setor produtivo.

Há outras razões para justificar a imediata extinção dessa perversa tributação do trabalho. A mais grave é a urgente necessidade de se buscar uma nova base de financiamento da seguridade.

A organização do mercado de trabalho na era digital está forçando o crescente desuso do contrato de trabalho formal consagrado na CLT. A gig economy, a share economy e o trabalho intermitente e independente são novas formas de atividade que comprometem a base de financiamento da Previdência, e se somam a outros fatores negativos como o envelhecimento da população e o enorme déficit atuarial acumulado.

Uma segunda justificativa para a imediata eliminação da tributação sobre salários é a eterna questão da **Reforma Tributária**. Há um mito em torno da tributação do consumo no Brasil. As discussões sobre esse tema se arrastam por 30 anos sem nenhum indício de resolutividade. Uma das razões é a insistência em limitar a competência tributária dos entes federados, união, estados e municípios, e criar um imposto único nacional.

Outras crenças igualmente equivocadas que impedem o andamento da reforma são 1) endeusar o IVA como um tributo moderno e funcional sem atentar para o seu crescente envelhecimento e 2) acreditar que o setor de serviços é sub tributado no Brasil e que, portanto, deve suportar um acréscimo de carga tributária para compensar redução na da indústria.

Essas hipóteses, tidas como verdades imperativas, são falsas, como pude aferir em várias publicações. Portanto, para que a **reforma tributária** avance, é necessário compensações para equilibrar mais equitativamente os efeitos da **reforma tributária** entre os vários setores produtivos. A desoneração de folha seria, portanto, um contrapeso essencial para superar a resistência dos setores que serão hipertributados com a implantação de um IVA, por serem em geral mais trabalho intensivos.

Vê-se, portanto, que a desoneração total da folha de salários para todos os setores é instrumento essencial para aumentar a taxa de emprego, reduzir a informalidade, melhorar a distribuição de renda, evitar grandes distorções nos preços relativos da economia, evitar a falência da seguridade e desimpedir obstáculos setoriais para a **Reforma Tributária**. A questão é como financiar a previdência eliminando a tributação sobre folha.

O sistema previdenciário brasileiro é de repartição, ou seja, seu financiamento compete em última instância a toda a sociedade. Assim, a desoneração total da folha deve ser substituída por uma tributação universal, respeitada a capacidade de pagamento de cada contribuinte.

A tributação sobre pagamentos seria o mecanismo ideal para isso. Ainda mais agora, quando o mundo se debruça sobre a viabilidade de uma enorme expansão da base imponível na linha do Tobin Tax, turbinada com a expansão da base proporcionada pelo mundo digital moderno.

O essencial nesse momento é transmitir a percepção do papel estratégico que a total desoneração da folha poderia desempenhar no país. Restringi-la apenas a 17 setores é insuficiente, injusto e capaz de desestimular o destravamento de alguns dos grandes problemas brasileiros, como emprego, distribuição de renda, financiamento da Previdência e a busca de simplicidade em nosso sistema tributário.

Não há o que **temer**. Afinal, nossa experiência com a CPMF entre 1992 e 2007 mostra que a reintrodução de um tributo sobre pagamentos não seria um salto no escuro. O que aprendemos durante 12 anos de sua vigência é que gerou uma arrecadação robusta, sem custos de conformidade, sem litigiosidade e, sobretudo incorporando ao universo tributário a elisão, a sonegação, a informalidade e até, para nossa tristeza, a crescente criminalidade.

MARCOS CINTRA - Professor e vice-presidente da Fundação Getulio Vargas. Foi deputado federal (1999 - 2003) e secretário da **Receita Federal** (2019)

Projeto sobre desoneração da folha deve ser votado hoje

O projeto de lei que prorroga a desoneração da folha salarial por dois anos deverá ser analisado hoje pelo plenário do Senado, anunciou o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A proposta recebeu aval da Câmara dos Deputados e, após a aprovação no Senado, dependerá de sanção do presidente da República, Jair Bolsonaro.

O projeto garante a redução de encargos cobrados sobre a folha de salários para 17 setores da economia até dezembro de 2023. A medida permite que empresas adotem um percentual sobre a receita bruta (entre 1% e 4,5%) em substituição à contribuição previdenciária de 20% sobre o salário dos empregados.

Defensores do texto apontam a necessidade da desoneração para evitar demissões. Juntos, os 17 setores (incluindo call center, comunicação, tecnologia da informação, transporte, construção civil, têxtil) empregam cerca de A abrangência Lançada em 2012 pelo governo Dilma Rousseff (PT), a política de desoneração da folha de pagamento chegou a contemplar 56 setores da economia A medida possibilita que as empresas contribuam com um percentual entre 1% e 4,5% sobre o faturamento bruto, dependendo do setor, em vez de destinar 20% de contribuição sobre a folha salarial para a **Previdência Social** Atualmente, a iniciativa ainda abrange 17 atividades, a maioria delas na indústria 6 milhões de trabalhadores.

- E um projeto importante porque ele alcança setores com alto índice de empregabilidade, daí a razão de ser do projeto e do seu mérito - disse Pacheco, na terça-feira, após uma reunião com representantes de setores beneficiados pela medida.

Orçamento Bolsonaro já se manifestou, em novembro, a favor da prorrogação. Ele disse, então, que tomou a decisão após se reunir com os ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Agricultura, Tereza Cristina, e com empresários.

O benefício termina em dezembro deste ano. A aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, que abre espaço fiscal no orçamento da União, deve ser suficiente para compensar a falta de arrecadação causada pela desoneração, de acordo com Pacheco.

Utilizavam o expediente os ramos de calçados, call center, comunicação, confecção e vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carrocerias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, tecnologia da informação, tecnologia da comunicação, projeto de circuitos integrados, transporte metroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20211209#page/1>

Senado aprova conta em dólar no país para pessoas físicas, e texto vai a sanção

Renato Machado

O Senado aprovou nesta quarta (8) projeto de lei que promove modificações no mercado de câmbio brasileiro. A proposta também abre caminho para que pessoas físicas tenham contas bancárias em moedas estrangeiras, como o dólar ou o euro.

O texto foi aprovado em votação simbólica. Como já havia tramitado pela Câmara dos Deputados, segue direto para a sanção do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Entre outras mudanças, o projeto permite que brasileiros saiam ou entrem no país com até US\$ 10 mil sem a necessidade de declará-los à **Receita Federal**. Atualmente, o limite é de R\$ 10 mil.

A proposta foi encaminhada ao Congresso em 2019 pelo governo federal, sendo uma iniciativa do Banco Central e do presidente da instituição, Roberto Campos Neto.

O objetivo seria modernizar o mercado de câmbio, mas as autoridades afirmaram que essa permissão para contas em moedas estrangeiras se daria de forma gradual, concomitantemente com outras reformas e ajustes macroeconômicos.

A iniciativa aumenta a autonomia do Banco Central para regular o mercado de câmbio.

O texto-base do projeto já havia sido aprovado pelos deputados em dezembro de 2020, mas ficaram pendentes as votações de destaques. A tramitação na Câmara dos Deputados foi totalmente concluída em fevereiro deste ano.

A atual legislação cambial está dispersa em mais de 40 leis e outros dispositivos e busca também adaptar o Brasil às recomendações da OC-DE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico).

A versão que vai à sanção presidencial possibilita ao Banco Central editar regulamentações para que pessoas físicas possam abrir e manter contas em moeda estrangeira no Brasil.

Atualmente, essa prática só é possível em algumas situações específicas, como no caso de embaixadas,

consulados e corretoras de câmbio.

"As operações no mercado de câmbio podem ser realizadas livremente, sem limitação de valor, observados a legislação, as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e o regulamento a ser editado pelo Banco Central do Brasil", afirma o texto.

A possibilidade de abertura de conta em moeda estrangeira no país é autorizada desde 1957. Como o projeto só dá poderes ao Banco Central para regular contas em moeda estrangeira, não há uma definição de como ficaria a garantia do FGC (Fundo Garantidor de Créditos) nos depósitos do tipo.

O projeto traz outras mudanças ao mercado de câmbio. Retira, por exemplo, a proibição de que bancos estrangeiros que possuam conta em reais no país façam pagamentos no exterior. Hoje, a instituição só pode usar a conta para fazer pagamentos no Brasil.

O texto também facilita que instituições internacionais - como bancos centrais estrangeiros e instituições domiciliadas no exterior - tenham contas em reais de depósito e de custódia. Também expande as previsões legais para que o real seja usado em negócios no exterior.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49754&anchor=6446836&pd=73924b1a6dc0872753a207a480a5bf4c>

BC avisa que vai perseverar - MIRIAM LEITÃO

MIRIAM LEITÃO

O Banco Central subiu os juros, como se esperava, e deu um recado duro avisando que o ciclo de aperto monetário pode avançar "significativamente em território contracionista". Ou seja, ele alerta que o país entrará em recessão, mas o **comunicado** informa que o BC vai "perseverar" na estratégia para reduzir a **inflação** e ancorar as expectativas. Não criticou diretamente a política fiscal, mas ficou implícito quando disse que há dúvidas sobre os parâmetros fiscais do país. E há. O governo acaba de fazer um rombo no teto de gastos, travestido de alteração apenas da fórmula de cálculo.

Em nove meses o Banco Central aplicou no país um choque de juros de proporções históricas. A Selic saiu de 2% para 9,25%. No começo do ano, ele já avisou, que vai para 10,75%. Não é fácil para o BC tomar decisão neste momento. O quadro é desanimador. O IPCA de novembro que será divulgado amanhã ficará acima de 1%, de novo, levando o acumulado para próximo de 11%. As vendas do comércio caíram, pelo dado divulgado ontem. É a sexta queda no ano. O mercado de trabalho está repleto de dados preocupantes: a renda recuou dez anos, uma queda de 11%. O país está em recessão técnica. Dos desempregados, quase quatro milhões estão sem trabalho há mais de dois anos, mesmo procurando. É o desemprego de longo prazo batendo recorde.

Normalmente com uma atividade tão fraca não seria o momento de subir a taxa de juros, mas diante de uma **inflação** tão persistente o único remédio é sim elevá-la. As perspectivas são de dois anos de descumprimento da meta de **inflação**. A maioria dos economistas acha que o IPCA cairá no ano que vem, pelo efeito da política monetária, mas não ao ponto de cumprir a meta.

O dilema do BC está entre combater a **inflação** e não derrubar mais ainda a economia em 2022. O banco BTG resumiu assim a situação: "Se correr com mais juros, o **PIB** de 2022 tende a se consolidar no terreno negativo; se ficar no mesmo tom, as expectativas podem desancorar ainda mais e corroer a autonomia da autoridade monetária". Só que no recado dado pelo **comunicado** divulgado após a reunião ficou claro que eles já escolheram subir a taxa de juros o quanto for necessário para conter a **inflação** que está em níveis

preocupantes. O pior que poderia acontecer agora seria deixá-la continuar elevada.

Felizmente o Banco Central tem autonomia. O novo status foi aprovado e sancionado no atual governo, mas imagine só o que deve estar pensando disso, neste momento, o presidente Bolsonaro. Ele interfere em tudo, a Polícia Federal que o diga. Acaba de vetar o nome escolhido pela equipe econômica para corregedor da Receita. E mais, o ministro Paulo Guedes demitiu o diretor da **Receita Federal**, José Tostes Neto, com uma frase seca e reveladora: "O presidente quer o seu cargo". E tudo foi feito pelos piores motivos, para atender aos interesses dos bolsonaros que querem apagar quaisquer registros das rachadinhas na Alerj. Paulo Guedes gosta de repetir que a arrecadação está subindo. Ora, se é isso, o secretário da Receita não deveria ser demitido. Mas foi, para atender aos interesses da família do presidente. Se pudesse, Bolsonaro mandaria seu ajudante de ordens na economia, o ministro Paulo Guedes, requisitar o cargo de presidente do Banco Central. Contudo, ele não pode mais.

Durante a lambança dos precatórios o que se viu é que o ministro da Economia não impedirá que se lance mão de qualquer expediente para dar ao presidente o que ele quer: dinheiro para políticas populistas, do calote à manipulação do teto de gastos. E no Congresso, os presidentes das duas Casas, deputado Arthur Lira e senador Rodrigo Pacheco, estão dispostos a tudo fazer -de mentir para o STF a descumprir acordo com seus pares - para garantir a existência das emendas de relator e dar ao presidente a "licença para gastar" pedida por Guedes.

Nesse quadro, cabe à autoridade monetária agir para que não haja risco de a **inflação** entrar em espiral. E é isso que o co-municado do BC ontem deixou claro. A situação internacional está mais difícil, o mundo também enfrenta **inflação**, no caso brasileiro, é mais grave. O país com a história que tem e na conjuntura em que está não pode apostar que a **inflação** cairá naturalmente. A expectativa terá que ser construída pela reputação do Banco Central.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Bate-boca na promulgação

JORGE VASCONCELLOS

Após acordo entre a Câmara e o Senado, o Congresso promulgou, ontem, a Emenda Constitucional 113/2021, que permitirá ao governo pagar o Auxílio Brasil de R\$ 400, em substituição ao Bolsa Família. O novo dispositivo resulta da aprovação da PEC dos Precatórios, da qual foram promulgados apenas os pontos que tiveram consenso nas duas Casas. Os outros trechos da proposta, por terem sido alterados no Senado, passarão por nova análise dos deputados.

O acordo prevê que as alterações dos senadores sejam apensadas a uma outra PEC, que está pronta para ir ao plenário da Câmara e que também trata de precatórios ? dívidas do setor público reconhecidas pela Justiça. A votação desse texto, com os apensamentos, está prevista para a próxima terça-feira.

Um dos pontos que foram promulgados é o que cria uma metodologia para o cálculo do teto de gastos da União, que é corrigido anualmente pela inflação. Em vez de considerar o intervalo entre julho do ano anterior e junho do ano corrente, a atualização do teto passará a usar a inflação acumulada entre janeiro e dezembro. A mudança já vale para o Orçamento de 2022 e, segundo estimativas do governo, pode gerar um espaço fiscal de R\$ 60 bilhões.

Outro ponto promulgado é o que permite o parcelamento, em até 240 meses, de dívidas dos municípios com a Previdência Social.

Já as novas regras para o pagamento de precatórios, que acrescentam R\$ 46 bilhões à folga fiscal, sofreram mudanças no Senado e, por essa razão, não foram promulgadas. Deverão ser apensadas à mesma PEC que tem votação marcada para terça. Ao todo, o espaço fiscal planejado pelo governo é de R\$ 106 bilhões.

Entre outras alterações feitas pelos senadores na PEC, o Auxílio Brasil passou a ter caráter permanente, e não mais vigência apenas até dezembro de 2022. O Senado também aprovou a vinculação de todo o espaço fiscal ao pagamento do novo programa e das despesas da Seguridade Social ? Saúde, Previdência Social e assistência social.

Além disso, os senadores excluíram do teto de gastos o pagamento dos precatórios referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e as possíveis compensações financeiras entre entes federativos.

Fatiamento

A promulgação da PEC dos Precatórios, de forma fatiada, é uma vitória do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na queda de braço que travou com o Senado, onde a ideia provocou fortes resistências. A preocupação dos senadores é com a possibilidade de os deputados retomarem pontos da versão original da matéria.

Durante a sessão do Congresso de ontem, houve críticas de senadores ao desmembramento da PEC. A senadora Simone Tebet (MDB-MS), por exemplo, acusou o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), de descumprir um acordo com líderes partidários, pelo qual, segundo ela, a vinculação do espaço fiscal ao pagamento do Auxílio Brasil e das despesas da Seguridade Social não seria excluída da promulgação da PEC, mesmo sendo uma inovação dos senadores.

A parlamentar alertou Pacheco para o risco de, sem a vinculação promulgada, os recursos do espaço fiscal serem desviados para outras finalidades. "Eu lamento muito. Vossa Excelência não cumpriu o acordo que nós fizemos em público para garantir o voto. Essa PEC não passaria. E depois, na reunião de líderes, nós autorizamos Vossa Excelência a promulgar o que era coincidente, desde que jamais deixasse solta a vinculação à Seguridade Social. Se tivesse que deixar solto, nós não promulgaríamos nenhum artigo", reprovou Tebet. "Vossa Excelência, lamentavelmente, criou um precedente, que eu não me lembro de nenhum presidente desta Casa ter feito, de desonrar um compromisso assumido com os líderes." Tebet disse, ainda, que "nós vamos promulgar, e o espaço fiscal de quase R\$ 60 bilhões, fruto da mudança temporal para dezembro, no cálculo (do teto de gastos), esse espaço fiscal fica solto. Ele vai ficar lá num artigo, dependendo de votação na Câmara dos Deputados".

Visivelmente irritado, Pacheco respondeu que não fez qualquer tipo de negociação com Tebet e que quase todos os líderes partidários do Senado concordaram com a promulgação apenas dos pontos da PEC que fossem consenso nas duas Casas.

"Primeiro, que eu não fiz acordo nenhum com Vossa

Excelência de não promulgar parte comum. A senhora vai me desculpar, nós temos de ter honestidade intelectual, eu vou pedir as notas taquigráficas, as imagens, das palavras de Vossa Excelência da tribuna", retrucou o presidente do Senado. "Eu não fiz nenhum acordo com Vossa Excelência nesse sentido. Eu não sei qual é a intenção de Vossa Excelência com essa polêmica toda. A minha intenção é resolver o Auxílio Brasil. Eu não descumpri acordo algum, absolutamente algum, eu não sou useiro e vezeiro nisso." Presente à sessão, Lira também se mostrou incomodado com as críticas dos senadores. Disse, inclusive, que não leria o discurso que estava pronto para a cerimônia, "por achar que ele ficou desconectado com o momento que vivemos no plenário do Senado Federal".

"Querida afirmar que todo o meu trabalho na Câmara dos Deputados sempre foi, desde que eu assumi a presidência, afastar, repulsar, prevenir o fazimento de versões. Pior coisa que existe no Congresso Nacional é quando nascem versões", rebateu o deputado.

Lira ressaltou que ele e Pacheco deram total autonomia para as assessorias técnicas da Câmara e do Senado e as secretarias das Mesas das duas Casas definirem os pontos comuns que poderiam ser promulgados. Segundo ele, o compromisso da Câmara está "acima das versões criadas em cima de palanques para 22", porque "o que importa é que essa PEC vai gerar segurança jurídica".

Como ficou a PEC

Pontos promulgados » Mudanças no cálculo do teto de gastos » Possibilidade de os municípios parcelarem, em até 240 meses, dívidas com a **Previdência Social**
Pontos com votação adiada » Auxílio Brasil passa a ter caráter permanente, e não mais vigência apenas até dezembro de 2022 » Todo o espaço fiscal obtido pela União será vinculado ao pagamento do Auxílio Brasil e das despesas da **Seguridade Social** - Saúde, **Previdência Social** e assistência social » Pagamento dos precatórios referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e as possíveis compensações financeiras entre entes federativos ficam fora do teto de gastos » Revisão do subteto para pagamento de precatórios será feita em 2026, não mais em 2036

Congresso promulga parte de PEC do Calote sob protestos de senadores

Idiana Tomazelli, Renato Machado e Thiago Resende

Após acordo fechado na noite anterior para o fatiamento da proposta, o Congresso Nacional promulgou nesta quarta-feira (8) a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) dos Precatórios, aposta do governo para poder pagar o Auxílio Brasil de ao menos R\$ 400 a 17 milhões de famílias até dezembro de 2022.

O trecho a ser promulgado, no entanto, garante apenas parte do espaço necessário no Orçamento para atender às despesas extras previstas para o ano que vem, incluindo o novo programa social.

As partes em comum promulgadas abrem uma folga de R\$ 62,2 bilhões no próximo ano. Outros R\$ 48,6 bilhões ainda dependerão da votação de outra PEC na Câmara e no Senado.

A sessão de promulgação foi marcada por uma série de manifestações contrárias dos senadores, que apontaram rompimento do acordo durante a votação no Senado. Os parlamentares questionaram a promulgação de dois artigos, sem as alterações feitas pelos senadores, que retiram a vinculação dos gastos pelo governo federal. Assim, alegam que a PEC poderia abrir brecha para o governo gastar livremente os recursos.

Ao deixar a Câmara nesta quarta, Lira afirmou que há "toda uma boa vontade da Câmara de produzir um texto que foi feito e um acordo que foi feito com o presidente Rodrigo Pacheco só para promulgação do que tinha de texto convergente."

"Nós não usamos a PEC dos Precatórios para fins eleitorais, eu não sou candidato a presidente da República", disse. "Nós estamos fazendo o máximo de esforço possível para fazer a apensação dessa matéria e votar ela na terça-feira, para serem apreciadas todas as alterações que o Senado honrosamente fez."

"Agora, o fato de a Câmara fazer um texto, o Senado não é obrigado a concordar, e a Câmara no mérito não tem nenhum acordo de manutenção do texto do Senado. O que há é uma boa vontade tanto da Presidência quanto dos deputados de analisar as alterações feitas pelo Senado e votar na terça-feira

direto no plenário, foi o acordo que foi feito."

A PEC dos Precatórios que foi aprovada na Câmara alterava a regra de cálculo do teto de gastos, que limita o avanço das despesas à **inflação**, e fixava um limite para o pagamento de dívidas judiciais da União, contra as quais já não cabe mais recurso.

O texto sofreu modificações no Senado, o que tornava necessária uma nova votação pelos deputados.

Na terça-feira (7), os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciaram um acordo para promulgar a parte da PEC que ficou inalterada. Isso incluiria a mudança no teto de gastos, mas não o limite para pagamento de dívidas judiciais.

O acerto prevê que a proposta que criará o subteto para os precatórios, como são chamadas as dívidas judiciais, deve ser apreciada novamente pela Câmara na próxima terça-feira (14). Depois, o texto precisará passar novamente pelo Senado.

Portanto, foi promulgado apenas um dos dois pilares da PEC. A alteração no cálculo do teto já entra em vigor imediatamente. Mas, para impedir uma forte expansão de despesas, foi determinado um limite do efeito dessa medida agora (em dezembro).

O texto promulgado estabelece que as despesas em 2021 podem subir em R\$ 15 bilhões, a serem usados em vacinas, na área de saúde e social.

Outro ponto promulgado prevê o parcelamento de dívidas que os municípios têm com a União.

Para concluir a análise da PEC, o governo precisa aprovar na Câmara a medida que cria um limite para quitação de precatórios, além do trecho determinando que o efeito da PEC no Orçamento seja usado somente para cobrir despesas obrigatórias (que aumentaram diante da alta da **inflação**), do Auxílio Brasil e da desoneração da folha de pagamentos.

A equipe econômica conta com o espaço de R\$ 106,1 bilhões para conseguir acomodar todas as despesas previstas para 2022.

Para assegurar a ampliação do Auxílio Brasil, o

governo precisa de R\$ 51,1 bilhões adicionais.

Outros R\$ 48,6 bilhões serão destinados à correção de benefícios sociais pela **inflação**, à ampliação do teto de gastos de outros poderes (devido à mudança na regra) e ao ajuste nos mínimos constitucionais de saúde e educação.

Há ainda uma fatura extra de R\$ 5,3 bilhões para bancar a prorrogação da desoneração da folha de pagamento para empresas, medida já acertada entre governo e Congresso Nacional.

A promulgação parcial da PEC, apenas com a mudança no teto de gastos, em tese viabiliza a ampliação de R\$ 51,1 bilhões pretendida no Auxílio Brasil, segundo um integrante da equipe econômica.

No entanto, como os R\$ 62,2 bilhões são insuficientes para cobrir todos os gastos programados, a necessidade de revisar também as despesas obrigatórias poderia impor um corte drástico nas discricionárias, que incluem custeio e investimentos públicos.

Segundo apurou a Folha, o governo vai enviar um ofício ao relator-geral do Orçamento de 2022, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), justamente para ressaltar a necessidade de revisar os gastos obrigatórios, mas ainda avalia se fará isso antes ou depois da votação da segunda PEC.

Os técnicos afirmam, porém, que a composição final vai depender do próprio relator, um vez que os ofícios não têm o poder de alterar a proposta orçamentária, como ocorreria com o envio de uma mensagem modificativa.

O prazo de encaminhamento de uma mensagem modificativa se encerrou na terça-feira (7) com a votação do relatório preliminar do Orçamento de 2022, limitando os instrumentos do governo para alterar a proposta.

A votação da segunda PEC, complementando o espaço fiscal para o ano que vem, também contribuiria para deixar o cenário mais confortável para acomodar as despesas.

A sessão foi marcada por protestos de alguns senadores, que não concordavam com o texto que seria promulgado. A senadora Simone Tebet (MDB-MS), que lançou na mesma data a sua candidatura à presidência da República, disse que houve uma ruptura do acordo firmado durante a votação da matéria no Senado. Afirmou que o texto promulgado não continha as amarras que impedem o governo de gastar livremente os recursos. A parlamentar

acrescentou que o acordo previa a vinculação dos gastos com o programa social e ações de **seguridade social**.

"Nós vamos promulgar e o espaço fiscal de quase R\$ 60 bilhões, fruto da mudança temporal para dezembro no cálculo, esse espaço fiscal fica solto, ele vai ficar lá em um artigo dependendo de votação da Câmara dos Deputados", afirmou a parlamentar.

"Veja: eu não estou tratando da Câmara; eu estou tratando de um acordo que foi feito aqui para que nós déssemos os votos necessários, que o governo não tinha, para poder aceitar avançar nessa questão", completou.

Ela pediu a exclusão desses dois artigos.

O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) afirmou que seria legal promulgar a parte de consenso entre as duas Casas. No entanto, apontou que os ajustes redacionais feitos para adequar o texto final resultaram em mudanças de mérito.

"O que não cabe num ajuste redacional pós-aprovação é mudar o conteúdo aprovado no Senado", afirmou.

Em seguida, houve uma forte discussão entre Simone Tebet e Rodrigo Pacheco, também pré-candidato à presidência da República.

"Lamento muito que vossa excelência não tenha honrado o compromisso feito com os líderes dessa Casa. Nós, sob o seu aval, garantimos os votos para o presidente da República e o governo, no compromisso avalizado por vossa excelência, que não iria faltar", disse a senadora.

Pacheco depois respondeu que não havia feito acordo nenhum com a senadora e levantou a hipótese de que a manifestação de Tebet tinha cunho eleitoral.

"Eu não estou conhecendo a sua arguição de descumprimento de acordo", afirmou.

"Não é possível que a gente fique o tempo inteiro em discussão política com cunho sabe-se lá o que, inclusive eleitoral, para poder desmoralizar senador dessa Casa. Eu não vou polemizar mais".

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49754&anchor=6446836&pd=73924b1a6dc0872753a207a480a5bf4c>

Mudanças em empréstimo a servidores e aposentados

Simony Giuberti

Novas regras publicadas no Diário Oficial da União podem pesar mais no bolso dos aposentados, pensionistas e servidores que fazem empréstimo consignado. Isso porque o teto da taxa de juros vai ficar mais alto. A margem para aquisição do financiamento também vai mudar.

A mudança que mais preocupa os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) é o aumento do teto das taxas. Hoje, o percentual máximo nas transações comuns é de 1,8%. Com a modificação, passará a ser de 2,14%, segundo a resolução.

O teto das operações realizadas por meio de cartão de crédito também vai mudar: atualmente, o máximo de juros é de 2,7%. Com as novas regras, será de 3,06%.

"Isso pode fazer com que as instituições pratiquem juros mais altos. O aposentado aceita porque não tem outra alternativa, e, em uma emergência, o consignado é o único socorro", afirmou Jânio Araújo, presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados no Estado (Sindnapi-ES).

O economista e conselheiro do Conselho Regional de Economia (Corecon-ES), Ricardo Paixão, explicou que, com a elevação da Selic, a tendência é de que as instituições privadas elevem as taxas também. "Estamos diante de um cenário de crise, alta taxa de inadimplência. Então, instituições tentam se proteger de alguma maneira".

O aumento, porém, valerá apenas para novos contratos. Quem já pegou empréstimo não será afetado.

Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que defende a elevação do teto, o volume de empréstimos consignados está caindo nos últimos meses. Passou de R\$ 9,37 bilhões em abril para R\$ 7,18 bilhões em outubro, segundo dados do Banco Central.

Segundo a Febraban, isso prejudica quem usa os recursos para pagar despesas essenciais. A entidade disse que a mudança do teto "pressionaria custos para ofertar o produto e impactaria diretamente na

capacidade dos bancos para concessão dessa importante linha".

Outra mudança para quem busca esse tipo de empréstimo é em relação à margem de concessão do mesmo, segundo Jânio Araújo.

Ele explicou que uma mudança por conta da pandemia ampliou o percentual de comprometimento do benefício para 35% no caso dos empréstimos. Porém, a regra vale até o dia 31, quando deve voltar a valer a margem anterior de 30%. "Poderia ficar na margem de 35%".

Sindicato recebe toda semana 25 queixas de fraudes

Muitos aposentados viveram momentos conturbados durante a pandemia de covid-19. Além do aumento de gastos com remédios e tratamentos, por exemplo, eles se tornaram cada vez mais vítimas de empréstimos fraudulentos.

O problema já existia antes da pandemia, mas ganhou força durante este período. E ainda é uma situação preocupante para o Sindicato Nacional dos Aposentados no Estado (Sindnapi-ES). Por semana, são recebidas cerca de 25 reclamações de segurados.

"Nós já protocolamos umas 50 ações na Justiça nos últimos dois meses. E já conseguimos algumas limiares favoráveis. E vamos continuar entrando com as ações. Quem se sentir prejudicado deve procurar o sindicato", afirmou o presidente Jânio Araújo.

Quem está passando por um problema do tipo é o aposentado Carlos Alberto Ripoli, de 80 anos. Ele contratou empréstimo com um banco, mas percebeu que os valores foram refinanciados.

"Fiz um empréstimo com a margem que eu tinha. Mas, em março, o banco começou a me descontar mais do que a margem. Depois, eu comecei a receber outra cobrança e passei a pagar duas vezes. Nessa brincadeira, já perdi mais de R\$ 20 mil. Vou entrar na Justiça".

Outro problema que os aposentados estão enfrentando é o assédio na oferta de empréstimos. A reportagem de A Tribuna noticiou recentemente o caso de uma aposentada que recebe 74 ligações por dia de

instituições financeiras com a oferta de crédito.

Pandemia derruba número de aposentados no Brasil

NILTON VALENTIM niltonvalentim@dgabc.com.br

A pandemia de Covid-19 impactou todos os setores da economia. Comércio, indústria e serviços sentiram o baque das medidas impostas para impedir o avanço do coronavírus e muitos trabalhadores perderam o emprego.

Os aposentados, grupo formado em sua maioria por idosos, também foram afetados. Segundo dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios) Contínua 2020, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o grupo de pessoas que recebiam aposentadoria teve baixa de 1,2 milhão de indivíduos em 2020 na comparação com 2019.

De acordo com o levantamento, 13% da população brasileira era beneficiária do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) em 2019. No ano seguinte, o percentual baixou para 12,4%. Antes da chegada da pandemia havia 27,4 milhões e esse número foi reduzido para 26,2 milhões.

A queda está diretamente ligada ao coronavírus.

"Pode ser efeito da mortalidade da Covid-19, mas também de um represamento do **INSS** em liberar os benefícios, porque as agências de atendimento estavam fechadas, as pessoas não conseguiam fazer perícias", afirmou Alessandra Scalioni Brito, analista do IBGE.

Os postos de atendimento ficaram fechados de março até setembro. Durante esse período, o único canal de atendimento era o aplicativo Meu **INSS**.

No Grande ABC, o retorno foi com uma agência a menos. A de Diadema deverá retomar suas atividades somente em março do próximo ano. Em maio de 2019 os móveis foram retirados do prédio no Centro da cidade, o que gerou comentários de que o posto deixaria de existir.

Em outubro o prefeito José de Filippi Júnior (PT) informou que a agência voltaria a funcionar, mas em outro endereço, vai ocupar o prédio onde também funciona o Poupatempo, mas a entrada do público será pela Rua Marechal Floriano.

As instalações passam por reforma e a entrega é

estimada para março.

Os sete municípios, segundo dados do **INSS**, contam com 354,5 mil aposentados.

Desse montante, 283,6 mil continuam trabalhando para completar a renda. O valor médio das aposentadorias é de R\$ 1.937.

O **INSS** tem cerca de 1,8 milhão de requerimentos de aposentadoria em espera de análise. O número alto vem desde 2019. Neste período ocorreram pequenas variações. Em 2020, o órgão federal fechou o ano com 1,7 milhão de pedidos na fila.

Antes da pandemia, o presidente Jair Bolsonaro (PL) chegou a falar em colocar militares da reserva para atendimento, mas a ideia acabou abandonada.

Site: https://cdn-digitalmaven.sflip.com.br/temp_site/pdf-4c0cfccb27e35add2496d092995557ae.zip

Após quatro meses, INSS ainda tem fila de 1,8 milhão

A fila de segurados que esperam por uma resposta aos seus requerimentos não diminuiu no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Dados atualizados aos quais o EXTRA teve acesso mostram que 1.838.459 pessoas estavam na fila virtual da autarquia em novembro. O balanço apresentado em julho pelo órgão mostrava que havia 1.844.820 aguardando definições. Ou seja, ao longo de quatro meses, esse contingente diminuiu em apenas 6.361 pessoas.

O maior número de requerimentos parados é de Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoa portadora de deficiência de baixa renda, com 630.668; seguido de aposentadoria por idade (297.553) e de aposentadoria por tempo de contribuição (262.393). Salário- maternidade tem 186.516 solicitações sem resposta. Outras 158.033 pessoas esperam por uma definição em relação a pedidos de pensão por morte.

- Os números atuais demonstram que a fila se mantém estável, sem uma expressiva redução. Isso demonstra que as políticas adotadas pelo **INSS** ainda não são suficientes - afirma Diego Cherulli, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP).

Segundo Cherulli, as medidas tomadas até agora foram positivas: melhoria dos sistemas virtuais, políticas internas, entre outras. Entretanto, elas ainda não são suficientes para suprir a falta de mão de obra eficaz, avalia o vice-presidente do IBDP. x

Site: <http://extra-globo.pressreader.com/extra>

Selic vai a 9,25% e BC indica nova alta

ROSANA HESSEL

O Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, decidiu, por unanimidade, elevar a taxa básica de juros (Selic) em 1,50 ponto percentual, para 9,25% ao ano. Foi a sétima alta consecutiva e a decisão era esperada pelo mercado. Com isso, a taxa voltou ao patamar de julho de 2017.

Em **comunicado**, o Comitê manteve o alerta para os riscos de **inflação** e demonstrou preocupação com a nova variante da covid-19, a ômicron. Além disso, indicou um novo aumento "da mesma magnitude" na próxima reunião, marcada para 1º e 2 de fevereiro de 2022, o que elevará os juros básicos para 10,75% ao ano.

"O Copom considera que, diante do aumento de suas projeções e do risco de desancoragem das expectativas para prazos mais longos, é apropriado que o ciclo de aperto monetário avance significativamente em território contracionista", destacou o documento. O órgão disse que manterá a estratégia "até que se consolidem não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas". No cenário base, o BC trabalha com a Selic atingindo 11,75% em 2022, o que indicaria mais uma alta de 1 ponto percentual em março.

Apesar de a alta da Selic não ter surpreendido, a sinalização do Copom no **comunicado** foi mais dura com a **inflação** do que o esperado, de acordo com analistas. Nesse sentido, isso poderá ajudar a reduzir as expectativas para os juros de longo prazo, mas também frear atividade econômica no ano que vem e, conforme algumas estimativas, até fazer o Produto Interno Bruto (**PIB**) ser negativo.

A **inflação** oficial ficará neste ano acima de 10%, quase o dobro do teto da meta oficial, de 5,25%. A carestia elevada é resultado de uma combinação de fatores internos e externos, mas, principalmente, do impacto da desvalorização cambial, que reflete a desconfiança na capacidade do governo de controlar os gastos públicos, por conta do abandono das regras fiscais com a PEC dos Precatórios. E, pelas estimativas atuais do mercado, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deverá ficar acima do teto, de 5%, também em 2022.

Ciclo mais longo

"O **comunicado** do BC indicou um ciclo mais longo de alta dos juros e fez uma sinalização muito forte, considerando o contexto de fragilidade da atividade econômica, focada na ancoragem das expectativas. Foi a mensagem mais importante", avaliou o economista-chefe do Banco BV, Roberto Padovani. Para ele, uma Selic de 11,75% no fim do ciclo de aperto monetário "parece suficiente para reduzir o risco inflacionário de 2022 e fazer o BC alcançar a meta de 2023, porque há um viés de economia mais fraca e de preço da energia elétrica mais bem comportado do que neste ano". "O BC foi bastante cauteloso nas projeções e não foi otimista. Isso acaba dando uma margem de manobra", acrescentou.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, destacou que a Selic podendo chegar a 11,75% no fim do ciclo coincide com as estimativas do cenário da MB, "indicando uma tentativa do BC de tentar trazer a **inflação** para dentro do teto em 2022". "Há uma sinalização de que o BC vai fazer o esforço possível para conseguir desacelerar a **inflação** no ano que vem, mas não vai conseguir trazer o IPCA para o centro da meta ainda (de 3,50%). Isso é um processo que ele vai tentar fazer em 2023, porque não tem muita alternativa", destacou.

De acordo com Vale, o tom do **comunicado** do Copom foi "necessariamente agressivo" no combate à carestia que corrói o poder de compra da moeda brasileira. "O BC tentou sinalizar que há uma preocupação com a **inflação** que, no patamar que está agora não é uma **inflação** qualquer. Houve poucos casos de IPCA chegando a dois dígitos desde o início do Plano Real. Isso merece toda a atenção que o BC, especialmente porque ele está sozinho na política fiscal, de forma inédita", afirmou.

Preocupação com 2023

Pelas estimativas de Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos, mesmo se o BC elevar a Selic para 12,5% ao ano até maio de 2022, a **inflação** chegará a 5,94% em dezembro. "O Copom sinalizou que vai continuar no gradualismo, e, de certa maneira, mostrou que está mais preocupado com a meta de 2023 do que com a de 2022." De acordo com o ex-diretor do BC e economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Carlos Thadeu de Freitas Gomes, a **inflação** já está castigando a atividade, o que se refletiu nos dados do quarto trimestre da indústria e do comércio, que caíram mais do que o

esperado. Por isso, ele acredita que, na próxima reunião, em fevereiro, o BC reduzirá o ritmo de alta da Selic para 1 ponto percentual. "A economia está fraca. Mas tudo vai depender da evolução da atividade. Se não houver crescimento, pode ser que o BC realize apenas mais uma alta de 0,75 ponto", apostou.

Desafios para 2022 em pauta

O ano de 2022 será desafiador para o Brasil, com **inflação** alta, crescimento baixo, política monetária contracionista, deficit fiscal, desemprego renitente e pobreza escancarada. O cenário tende a ser ainda mais conturbado por causa das eleições presidenciais, cujas disputas costumam provocar forte volatilidade nos mercados e retração dos investimentos produtivos.

Segundo especialistas, será preciso muito sangue-frio para conter o nervosismo. Não por acaso, os agentes econômicos pedem responsabilidade ao governo para que o que já está ruim não fique ainda pior. Há o temor de que, por decisões equivocadas do poder público e por falta de ações do Congresso, não só a economia mergulhe de vez no atoleiro, como o desemprego volte a crescer e a **inflação** se mantenha em níveis inaceitáveis. Pior: com mais brasileiros mergulhando na pobreza.

Não será uma caminhada fácil. "O principal desafio para 2022 é o Brasil conseguir fazer a travessia em direção à agenda de crescimento sem contar com a âncora fiscal e num contexto de **inflação** e juros elevados e aumento da desigualdade social", diz a economista-chefe do Credit Suisse, Solange Srour. Para Tony Volpon, estrategista-chefe do Wealth High Governance (WHG), o maior desafio na economia será do Banco Central: o de acertar a dosagem de aperto monetário para não causar uma recessão. Ontem, o BC elevou os juros de 7,75% para 9,25% ao ano, o patamar mais alto desde 2017.

Na avaliação do secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, muito está sendo feito para a retomada do crescimento. Ele cita como exemplo o novo marco de garantias. Segundo ele, esse mecanismo abre uma série de possibilidades para a expansão do crédito a empresas em geral e, em particular, a microempresas. "Com o canal do crédito revigorado, a aprovação de novos marcos legais, as concessões e as privatizações, a força do investimento privado e a retomada do mercado de trabalho, acreditamos que teremos um ano com boas perspectivas econômicas", diz.

Debatedores

Para debater os rumos do país e mostrar caminhos que possam evitar um quadro dramático vislumbrado por muitos, o Correio promoverá, nesta quinta-feira, 9 de dezembro, entre 14h30 e 18h30, o seminário Desafios 2022: Para onde vai o Brasil. O evento

reunirá representantes do Legislativo, do Executivo, economistas de renome, representantes do setor produtivo e especialistas em questões ambientais. Não há atalhos para se evitar o pior. O momento exige bom senso e escolhas corretas. O Brasil já errou demais nos últimos anos.

No primeiro painel, sobre a agenda do Legislativo para o crescimento econômico, participam a senadora Simone Tebet (MDB-MS); o vice-presidente da Câmara, deputado Marcelo Ramos (PL-AM); e o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (sem partido-RJ). A seguir, no segundo painel, o debate será conduzido pelos economistas Zeina Latif, Solange Sour, Tony Volpon e Adolfo Sachsida.

A última parte das discussões contará com Adriana Ramos, assessora de Política e Direito do Instituto Socioambiental; Fábio Bentes, economista sênior da Confederação Nacional do Comércio (CNC); Venilton Tadini, presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e da Indústria de Base (Abid); e de Mário Sérgio Carraro, gerente-executivo de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O seminário poderá ser acompanhado, em tempo real, pelo site do Correio (correio braziliense.com.br) e por meio das redes sociais do jornal.

Alta da Selic dispara mudança de regra para rendimento da poupança

Clayton Castelani

A alta da taxa básica de juros, a Selic, que nesta quarta-feira (8) passou de 7,75% para 9,25% ao ano, vai mexer também com a correção da poupança. Investimento preferido dos brasileiros, a caderneta passará a render 0,5% ao mês mais a TR (Taxa Referencial), o que ocorre sempre que a Selic fica acima de 8,5% ao ano.

Com a taxa básica até 8,5% ao ano, a poupança rende o equivalente a 70% da Selic.

Mesmo com a mudança, a poupança manterá severa desvantagem em relação à maioria das aplicações de renda fixa e ainda perderá feio para a **inflação**.

Considerando os efeitos nova Selic sobre os rendimentos médios de uma cesta de nove investimentos, o busca-dor de aplicações financeiras Yubb estimou que a poupança passará a entregar uma variação anual de 6,17%, acima dos 5,42% que ela estava pagando.

Isso ainda representará, porém, uma perda de 3,64% em relação à **inflação** de 10,18% projetada para 2021 na última pesquisa Focus, do Banco Central.

A poupança é o segundo pior investimento analisado pelo Yubb, perdendo apenas para o CDB (Crédito de Depósito Bancário) oferecido por grandes bancos, cuja variação real (descontada a **inflação**) estimada ficará negativa em 3,92%.

Os CDBs emitidos por bancos médios ficarão apenas 0,60% atrás do aumento do custo devida.

As debêntures incentivadas ampliarão sua vantagem e seguirão como os únicos investimentos capazes de entregar ganhos (3,30%) acima da **inflação**, considerando as opções analisadas pela Yubb.

Debêntures regularmente apresentam ganhos emperío-dos de preços em alta porque são parcialmente atreladas à **inflação**, além de contarem com isenção do IR (Imposto de Renda). Esses ativos, porém, são emitidos por empresas privadas e podem ser considerados arriscados. A compra é indicada a investidores com capacidade de avaliar a saúde financeira do emissor.

Apesar do rendimento negativo das demais aplicações em relação à variação do custo de vida, a ampliação da Selic coloca alguns investimentos de renda fixa conservadores em patamares próximos ao da **inflação**.

Com rendimento real negativo de 0,06% ao ano, as LCs (Letras de Câmbio) aparecem como a melhor opção conservadora para quem busca proteção na renda fixa. Na mesma família, as LCIs (Letras de Crédito Imobiliário) e as LCAs (Letras de Crédito do Agronegócio) ficarão no vermelho em 0,77% e 1,10%, respectivamente.

Bernardo Pascowitch, fundador do Yubb, destaca que a alta da Selic amplia a vantagem da renda fixa sobre os investimentos em renda variável e torna o cenário especialmente desafiador para empresas que possuem ações listadas na Bolsa de Valores.

"O desconto que os investidores demandam na avaliação de uma empresa sobe quando o juro é mais alto, conseqüentemente, o preço da ação cai porque os investidores exigem um retorno maior" O Ibovespa, índice de referência da Bolsa brasileira, está negativo em 9,4% em 2021.

Desde maio de 2012, quando a taxa básica de juros está abaixo ou igual a 8,5% ao ano, a rentabilidade da poupança equivale a 70% da Selic, mais a TR, que está praticamente zerada há cerca de três anos.

A regra determina, porém, que nos períodos em que a Selic supera 8,5%, o rendimento volta a ser igual ao aplicado aos depósitos realizados nas cadernetas antes de maio de 2012, apelidadas de poupança antiga, que é de 0,5% ao mês, mais a variação da TR.

Considerando a Selic de 9,25% e a TR atual, o rendimento anual da poupança corresponderia a 6,17%.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49754&anchor=6446836&pd=73924b1a6dc0872753a207a480a5bf4c>

Comprar casa e carro fica mais caro

Vinicius Guidoni

Foi decidido pelo Comitê de Política Monetária (Copom), que a taxa básica de juros do País, a Selic, passa a ser de 9,25%. Apesar da confirmação ter acontecido apenas agora, especialistas do mercado e o próprio Banco Central já esperavam a nova alta.

Este foi o sétimo aumento consecutivo da Selic, o maior em mais de quatro anos. Com o aumento da taxa básica de juros, o mercado como um todo vai sofrer impacto nos preços, que ficam mais altos, incluindo preços para quem quer comprar a casa própria ou trocar de carro, por exemplo.

Além do aumento nos valores das parcelas de financiamento, que passam a acompanhar a nova alta da Selic, financiamento de bens também ficam mais difíceis e burocráticos, como explica o economista Ricardo Paixão.

"Subindo a taxa Selic o crédito fica mais caro, mais burocrático. Para financiar um carro, por exemplo, as condições ficam mais difíceis. O mesmo serve para o financiamento de um imóvel", disse.

O economista ainda explica que a alta da Selic deve impactar a criação de emprego. "O setor produtivo, com a Selic mais alta, espera mais para investir nos negócios, para expandir a produção, até a situação ficar melhor. A Selic impacta no ambiente de negócios de forma negativa, com menos empregos, menos renda", observou.

O economista José Márcio de Barros ressalta a dificuldade de obter crédito para financiamentos com os juros mais altos, mas diz que a medida foi tomada para conter a alta da **inflação** no País.

"A taxa de juros mais alta inibe o consumo, o que faz com que as pessoas passem a demandar menos produtos, e as lojas vendem menos. Desse modo, há pressão inflacionária menor no preço das mercadorias. Então, a Selic é elevada, e é isso o que é utilizado para criar restrição no mercado de consumo e, assim, baixar a **inflação**".

Por outro lado, a alta da Selic -que já subiu 7,25% em nove meses, na tentativa de conter a **inflação** -pode contribuir para que investidores estrangeiros vejam com bons olhos o mercado brasileiro.

"São poucos países com taxas elevadas igual ao

Brasil. Esse investimento vindo para cá contribui para a queda do dólar, pois terá oferta da moeda maior no País. Então, quanto mais dólar entrar, mais oferta de dólar teremos, isso tende a baixar a cotação da moeda e, conseqüentemente, de outras coisas", completou o economista.

Alta dos juros não tira otimismo de empresários

Mesmo com o crédito ficando mais difícil de se conseguir e o aumento nos preços por conta da nova Selic, que saltou de 7,75% para 9,25%, empresários, principalmente dos setores imobiliário e automotivo, acreditam que seus mercados não serão impactados negativamente.

O diretor comercial da Podium e diretor do Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do Estado (Smcodives), José Geraldo da Cunha, disse que o setor pode até ter algum impacto, mas que de modo geral não será prejudicado.

"Aquele comprador que prefere guardar o dinheiro e fazer o financiamento, vai apenas preferir pagar à vista do que financiá-lo com os juros mais altos", destacou José.

Já no setor imobiliário, o presidente da Associação das Empresas do Mercado Imobiliário do Estado (Ademi-ES), Eduardo Fontes, não vê motivo para preocupação.

"Obviamente reduz um pouco o nível de financiamento que um cliente poderia pegar, pois o crédito fica mais caro", disse Fontes, destacando que as taxas do financiamento imobiliário são as mais baixas para o consumidor final. "Então, ainda com um dígito, é um patamar razoável".

Ele lembrou que existe a possibilidade de se fazer portabilidade de crédito, quando o cliente pode migrar o financiamento para outro banco que tenha taxa mais barata.

Poupança e investimentos mudam

Consequência da nova alta da Selic, quem aplica dinheiro na poupança terá o rendimento um pouco maior, mas vale lembrar que ainda assim o valor não acompanha a **inflação**.

Agora, a poupança vai passar a render 0,5% ao mês, ou 6% ao ano. No entanto, outras aplicações podem

ser mais vantajosas quanto ao

rendimento, já que existem investimentos, também de renda fixa como na poupança, porém que acompanham a **inflação**, como explica o economista José Márcio de Barros.

"Os investimentos vão apresentar algum tipo de ganho em função da Selic mais alta. Quando a taxa de juros sobe, qualquer aplicação vai render melhor. Se o investidor

buscar, ele encontra LCI e LCA e até CDB que pagam IPCA + 3,8% ou até mais, por exemplo. Por que isso é bom? Pois cobre a **inflação**, e ainda há um ganho adicional Enquanto isso, a poupança paga 6% ao ano, e não vai ganhar da **inflação**, e o investidor perde linearmente mais de 4%", comparou o economista.

Bruno Reis discute financiamento do transporte público

EM BRASÍLIA O prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM), viajou até Brasília ontem para discutir com o governo federal e o Congresso Nacional o financiamento do transporte público nas médias e grandes cidades. Ele é um dos integrantes da mobilização articulada pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP), que reúne mais de 60 gestores no chamado Dia D.

Preocupados com o iminente colapso em 2022, prefeitas e prefeitos querem apoio do Congresso no pleito por um auxílio emergencial federal que financie a gratuidade de idosos e pessoas com deficiência.

Nesse sentido, a entidade defende que o governo federal institua um auxílio emergencial, de R\$ 5 bilhões, para custear gratuidades de idosos e pessoas com deficiência. Em médio prazo, os gestores municipais destacam a importância da desoneração do óleo diesel. Para os prefeitos, o subsídio federal, que acontece em outras cidades do mundo, é essencial para que o transporte não seja sustentado exclusivamente pela tarifa paga pelo cidadão.

Mesmo com o apelo dos governantes e reconhecendo a urgência do tema, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), apontou dificuldades para um socorro imediato ao setor. "O problema não é financeiro, é orçamentário, onde cortar para atender essa demanda. É um tema prioritário e carece atenção", acrescentou.

Já o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), assumiu o compromisso de discutir, hoje, uma proposta para apresentar ao governo federal, junto com senadores e técnicos da entidade. A ideia é ter uma medida provisória que trate da questão da gratuidade no transporte público, a ser aprovada ainda este ano.

De acordo com Bruno Reis, o tema é um dos principais desafios enfrentados por Salvador no momento, já que a crise no sistema, que vem ocorrendo há anos, foi agravada pelos impactos da pandemia, com a queda na arrecadação do sistema, além do aumento no valor de combustíveis, com o retorno da **inflação** no país.

"É notório que a tarifa sozinha [hoje em R\$ 4,40] não custeia mais o sistema e que o ônus acaba sendo dos

municípios, que precisam investir recursos para que o serviço não entre em colapso e, também, que essa conta não seja transferida para a tarifa, causando imensos prejuízos à população. No entanto, os municípios não têm condições de arcar com este custo sozinho", destacou o prefeito.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Piso de R\$ 400 já vale para parcela deste mês

Uma medida provisória foi publicada terça-feira à noite para possibilitar o pagamento mínimo de R\$ 400 do Programa Auxílio Brasil (PAB), substituto do Bolsa Família, a 14,5 milhões de pessoas a partir de amanhã. A parcela de dezembro "turbinada" está garantida, segundo o governo, mas o valor retroativo a novembro, para compensar os beneficiários que receberam abaixo desse piso, não vai ser depositado desta vez, assim como não acontecerá a ampliação do público atendido para 17 milhões de famílias, como havia sido previsto no mês passado pelo Ministério da Cidadania.

A Medida Provisória 1076/ 21 institui o Benefício Extraordinário destinado às famílias já incluídas no Programa Auxílio Brasil-com isso, será pago um valor para cobrir a diferença até atingir o mínimo de R\$ 400. O benefício tem caráter provisório e foi criado apenas para garantir o piso prometido pelo governo mesmo antes da promulgação da PEC dos Precatórios.

Ontem, sob protestos de alguns senadores, que alegaram que o texto poderia abrir brecha para o governo gastar livremente os recursos, o Congresso promulgou a parte da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios que viabiliza o Auxílio Brasil de R\$ 400 até dezembro de 2022. Parte da matéria, que envolve mudanças feitas pelos senadores, foi desmembrada e ainda terá que ser apreciada pela Câmara dos Deputados.

O texto promulgado estabelece que as despesas em 2021 podem subir em R\$ 15 bilhões, a serem usados em vacinas, na área de saúde e social. Outro ponto promulgado prevê o parcelamento de dívidas dos municípios com a União.

ORÇAMENTO A equipe econômica conta com o espaço de R\$ 106,1 bilhões para conseguir acomodar todas as despesas previstas para 2022. Para assegurar a ampliação do Auxílio Brasil, o governo precisa de R\$ 51,1 bilhões adicionais. Outros R\$ 48,6 bilhões serão destinados à correção de benefícios sociais pela **inflação**, à ampliação do teto de gastos de outros poderes e ao ajuste nos mínimos constitucionais de saúde e educação, e R\$ 5,3 bilhões vão bancar a prorrogação da desoneração da folha de pagamento para empresas, medida já acertada entre o governo federal e o Congresso Nacional.

Presente* desanimador Mônica Lima, de 37 anos, é mãe solo de um menino de 10 meses e espera que o valor do Auxílio Brasil seja, realmente, reajustado. Mas ontem, ao abrir o aplicativo do benefício, levou um susto: lá consta que o valor que ela tem a receber em dezembro ficou em R\$ 202, bem abaixo do mínimo de R\$ 400 prometido pelo governo.

- O anúncio do governo em novembro foi de que receberíamos R\$ 400, mas não foi isso o que aconteceu. Eu recebia R\$ 198 de Bolsa Família e o meu benefício foi reajustado em apenas R\$ 4-lamenta a moradora do Lins, na Zona Norte do Rio, que fez aniversário ontem e não gostou do "presente" que recebeu ao checar quanto terá a receber em dezembro. Ela critica as informações desencontradas - Honestamente, não há como criar expectativas quando cada hora vem uma informação. No aplicativo do Auxílio Brasil consta o valor de R\$ 200 apenas e sabemos que foi sancionada a MP que dá direito aos R\$ 400. Mas como será essa alteração? Não tem nada que garanta.

Segundo o Ministério da Cidadania, gestor do Auxílio Brasil, a folha está sendo processada e será divulgada em breve. A pasta acrescenta que a MP garante o pagamento mínimo de R\$400 para todas as famílias. Já a PEC 23/2021 viabilizará o valor complementar em 2022.

Retroativo: sem data Vale-gás também será depositado

Os pagamentos de dezembro do Auxílio Brasil vão começar amanhã, para quem tem NIS final 1, e terminam dia 23, para os beneficiários com cartão de final zero. Questionado pela reportagem sobre o retroativo a novembro para quem recebeu menos de R\$ 400 na primeira parcela, o Ministério da Cidadania informou que "não há, até o momento, previsão orçamentária para pagamento retroativo referente ao mês anterior".

O ministério afirmou também que os pagamentos do Auxílio Brasil "serão realizados de acordo com a dotação orçamentária, conforme determina a legislação que disciplina o programa", e que o governo federal

"trabalha sistematicamente para alcançar o orçamento

necessário para atender a todas as famílias elegíveis ao programa".

Na nota, a pasta também fala sobre a prometida ampliação do benefício para NOVEMBRO um público de Ministério 17 milhões de da Cidadania famílias: "A expectativa é ainda não alcançar cerca de há previsão 17 milhões de orçamentária famílias após a promulgação da PEC dos Precatórios. Esse total corresponde a todo o público já habilitado e outras famílias que atenderem aos critérios de elegibilidade do programa, zerando a fila de espera".

Junto com o Auxílio Brasil de dezembro, parte dos beneficiários vai começar a receber, também, o auxílio gás de R\$ 52. De acordo com o Ministério da Cidadania, a Lei 14.237/2021, que instituiu o benefício, estabelece que as famílias atendidas tenham direito, a cada bimestre, a um valor monetário correspondente a uma parcela de, no mínimo, 50% da média do preço nacional de referência do botijão de 13 kg do gás de cozinha, estabelecido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), nos seis meses anteriores. O valor médio atualmente, segundo a agência, está em R\$ 100.

Essa primeira parcela será paga a cerca de 5,58 milhões de famílias, segundo a Cidadania, que vai gerir o programa. Os critérios de participação são: famílias inscritas no Cadastro Único com renda per capita menor ou igual a um salário mínimo e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Para as famílias inscritas no CadÚnico, o pagamento será feito ao responsável familiar, preferencialmente à mulher, que será previamente indicada no CadÚnico. Para famílias não inscritas no CadÚnico, mas com beneficiários do BPC, o pagamento será feito ao titular do benefício ou seu responsável.

As mulheres que são chefes de família terão prioridade para recebimento do benefício. O Ministério da Justiça e Segurança Pública vai disponibilizar à pasta da Cidadania a base de dados sobre mulheres vítimas de violência doméstica e que estejam sob monitoramento de medidas protetivas de urgência. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos complementará essa base de dados.

NÃO CONTA COMO RENDA

Para fins de renda mensal da família, não serão computados como renda benefícios concedidos pelo Auxílio Brasil. O recebimento de outros auxílios municipais, estaduais ou federais não é impedimento para ganhar o auxílio gás.

Para averiguação do valor do benefício, a ANP

publicará em seu site, até o décimo dia útil de cada mês, o valor da média dos seis meses anteriores referentes ao preço nacional do botijão de 13kg.

De acordo com o ministério, para fins de implantação do vale-gás, excepcionalmente nos primeiros 90 dias terão prioridade de pagamento do auxílio, nessa ordem: beneficiários do Auxílio Brasil com menor renda per capita e com maior quantidade de integrantes na família. x

Site: <http://extra-globo.pressreader.com/extra>